
Perus dos operários na construção de São Paulo (1925-1945),
de Marcelo Antonio Chaves, Paco Editorial, São Paulo, 2012, 252 p.

por *Gonzalo Pérez Álvarez*

Olivro do pesquisador brasileiro Antonio Marcelo Chaves é resultado de sua dissertação de mestrado em História, realizada na Universidade Estadual de Campinas. É uma pesquisa que se enquadra no âmbito dos estudos clássicos sobre fábrica e vila operária, inaugurados pelo pioneiro trabalho de José Leite Lopes¹. A importante empresa que Chaves analisa foi estabelecida como uma unidade de produção com um núcleo residencial relativamente longe dos centros urbanos próximos (especialmente do centro consumidor da sua produção, a cidade de São Paulo, então em grande expansão).

Ao longo do livro, Chaves consegue apresentar uma visão complexa dialética entre diferentes perspectivas historiográficas que frequentemente fragmentaram a observação de um evento histórico. O autor consegue implementar uma história abrangente, que inscreve a sua pesquisa de “caso” no contexto nacional e internacional. Essa é a primeira fábrica de cimento *portland* a iniciar produção no Brasil, em 1925, no bairro de Perus, localizado nos arredores de São Paulo. Chaves propõe a pesquisa como uma história construída a partir da periferia, recuperando uma parte das experiências de trabalhadores e empresas que não tinham sido destacadas por outros pesquisadores.

Além disso, o autor consegue construir uma perspectiva histórica que integra a história da indústria, dos processos de produção e dos processos de trabalho, a evolução dos salários e a pesquisa sobre a

sociabilidade de trabalho, sobre o movimento operário e seus sindicatos, o empresariado, a política local etc.

Chaves analisa um conjunto diversificado realmente muito significativo de fontes primárias de arquivo. Destaca-se o processamento de dados de 1.500 fichas dos trabalhadores que lhe permitem explorar um amplo arco de questões de centralidade inquestionável para a história da classe trabalhadora brasileira, e também para entender a história da classe trabalhadora latino-americana em geral.

Acreditamos que não existem muitos trabalhos sobre a história da indústria que puderam ter acesso a uma fonte de informação tão rica e importante. Chaves desenvolveu um registro sistemático, que tem um grande capital de informação específica sobre esses trabalhadores. Como é observado pelo autor (citando uma pesquisa de Mirta Lobato e Fernando Rochi²), a intenção de trabalhar com arquivos empresariais geralmente é tarefa muito complexa e tem limites rígidos, devido à blindagem dessas coleções de documentos pelos empresários.

A partir dessas 1.500 fichas, Chaves problematiza sua investigação desenvolvendo diversos eixos, como a divisão racial do trabalho, as relações entre os imigrantes e os trabalhadores nativos, entre os trabalhadores qualificados e não qualificados, entre os operários de diferentes setores da empresa, os conflitos sobre os vários níveis salariais no interior da fábrica, a idade dos trabalhadores, o tempo de residência, o trabalho infantil, o estado civil, os acidentes de trabalho etc.

O livro mostra que desde o final de 1920 teve início o processo de estatização da força de trabalho no Brasil. Em 1927 o governo brasileiro encerrou sua política de subsídios para a importação de força de trabalho estrangeira e, em 1928, pela primeira vez o número de migrantes internos que chegavam a São Paulo (especialmente do Nordeste e Minas Gerais) excedeu o número de imigrantes estrangeiros. Em 1931, no contexto das políticas nacionalistas que começavam a se desenrolar após a ascensão de Getúlio Vargas ao governo, foi fixado por lei que toda empresa deveria ter dois terços dos trabalhadores de origem brasileira.

Também a inclusão de negros e mulatos no mercado de trabalho assalariado se aprofunda nestes anos. Embora a questão da raça tenha uma complexidade que não é explorada no livro, demonstra-se a necessidade fundamental de compreender esta dimensão da classe trabalhadora brasileira para entender sua história e suas transformações. A questão

é ainda mais complexa quando vemos que esses operários negros eram, quase todos, filhos ou netos de escravos. O seu ingresso no mercado de trabalho foi feito com salários mais baixos perante igual trabalho em comparação aos homens brancos, em empregos menos qualificados e com maior risco de acidentes. O livro mostra esta cruel realidade, e que esta discriminação é estendida também aos mulatos. Posições de gestão no processo produtivo foram reservadas para os homens brancos, especialmente para os de origem estrangeira.

O nível de instrução dos trabalhadores também é revisado, com destaque para o alto índice de analfabetismo. No entanto, os dados sobre esta situação não diferem entre estrangeiros e brasileiros, o que permite a Chaves criticar o mito de que os trabalhadores estrangeiros fossem dotados de um ensino mais elevado e que esse aspecto geraria um diferencial em sua capacidade produtiva. Obviamente, o analfabetismo é muito mais pronunciado entre pretos e pardos que entre os brancos.

O processo de produção da empresa é formado por um complexo que envolve extração de minério, ferrovia e fábrica, que apresentam condições de trabalhos diversas e até opostas. A atividade começa com a extração de materiais a partir das pedreiras, que prescinde quase totalmente de maquinário e é quase totalmente dependente da força física dos trabalhadores. Em geral, os negros e mulatos trabalham nessa seção, que tem salários mais baixos, apresenta maiores riscos e não requer (nem proporciona) qualificação para ser feita.

Essa realidade se articula com o espaço da fábrica, que tem uma tecnologia muito moderna para a época, funcionando como um autômato, onde o trabalho vivo é subordinado à máquina em um típico processo de grande indústria. Finalmente, vários espaços auxiliares são integrados com um modelo de produção próximo à manufatura: as peças de reparo, manutenção, a estrada de ferro etc.

É especialmente relevante o registro feito dos acidentes de trabalho. Quase a metade dos trabalhadores sofreu um ou mais acidentes, que eram ainda mais comuns, e com resultados muitas vezes fatais, nas pedreiras. Chaves também explora as lutas por salários, mostrando que os trabalhadores tinham acesso a um salário baixo, embora isso estivesse justificado pela oferta de habitação e outros serviços que a empresa garantia. Revela ainda a significativa heterogeneidade dos salários para um trabalho igual, a existência de várias formas de pagamento (por hora, a varejo, por produção etc.) e contratos com pagamento personalizado.

Pesquisas como essa permitem a discussão com aquelas perspectivas que enfatizam a heterogeneidade do “mundo do trabalho” como uma característica apenas do capitalismo recente. O livro mostra que essa heterogeneidade no processo produtivo tem longa história, ao mesmo tempo que não significa, necessariamente, uma debilidade para a organização da luta dos trabalhadores.

Também não é apresentada como uma debilidade a perspectiva reformista do sindicato que esses trabalhadores construíram em 1933, a partir da legislação imposta pelo governo de Getúlio Vargas. São exploradas as mudanças no sindicato, em seus discursos e reivindicações, e o conjunto de políticas que lançou o Estado Novo brasileiro. A agremiação sindical foi estruturada com um modelo pró-governo, o que não exclui a realização de greves e o desenvolvimento das suas reivindicações.

Por razões de espaço não estenderemos aqui o estudo que o livro realiza sobre os aspectos da “vida social” na vila operária: a formação de clubes de futebol, bandas musicais e vários espaços de lazer para a socialização e recreação. É verificada na pesquisa a clássica realidade de um ambiente em que a produção e reprodução da vida material são profundamente interligadas em uma dimensão constantemente vigiada pela empresa, que tem uma característica paternalista e de disciplinamento da força de trabalho.

NOTAS

- 1 Lopes, José Sergio Leite, *Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*, em *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- 2 Lobato, Mirta y Rochi, Fernando; “*Industria y trabajadores: el valor de los archivos como fuente documental*”, em *Entrepasados*, N°1, Bs. As. 1991.

